

Construir o Poder Social

Projeto estratégico para a CSPB do Século XXI

“Na aceleração do ritmo dos desenvolvimentos históricos na qual nos encontramos, parece-me que destacam-se, sobretudo, dois fatores como marcas de um desenvolvimento que antes começara a mover-se somente lentamente: de um lado temos a formação de uma sociedade mundial, na qual os poderes políticos, econômicos e culturais singulares têm sua atenção voltada uns para os outros sempre mais e, nos seus espaços diversos, tocam-se e interpenetram-se mutuamente. Por outro lado, temos o desenvolvimento das possibilidades do homem, do poder, de fazer e destruir, que – para muito além de tudo com que se estava acostumado até agora – levanta a pergunta pelo controle jurídico e moral do poder”.

Joseph Ratzinger

Nos últimos 30 anos, a Confederação dos Servidores Públicos do Brasil fez uma virada ontológica na sua postura ideopolítica, na sua estrutura material e na sua forma orgânica. Podemos dizer que, a rigor, há, agora, uma outra entidade construída pela participação dedicada de muitos servidores públicos que, em cargos da Diretoria Executiva, do Conselho Fiscal, enquanto membros do Conselho de Representantes ou enquanto militantes dedicados, contribuíram, de forma decisiva, para que fosse alcançado o patamar em que a Confederação encontra-se atualmente.

Ressaltamos os últimos 30 anos até mesmo pelas mudanças paradigmáticas postas pela conjuntura nacional e a estrutura geral da sociedade humana, afetadas profundamente pelas transformações ocorridas no plano global da mundialização do mercado, da interculturalidade, dos avanços técnico-científicos, das reestruturações no processo produtivo e nos ajustes estruturais aplicados nos serviços públicos, de modo geral e de acordo com as condições de cada país.

Nessas três décadas o mundo se tornou mais globalizado e muito mais perigoso. Ocorreu a derrocada da ex-União Soviética e a afirmação da hegemonia imperialista dos Estados Unidos, em um mundo unipolar, mas que já apresenta atores econômicos globais, como a China e a Índia, acarretando mais instabilidade para o cenário de guerras de todos contra todos, nas proteções das suas tarifas, das suas adunas, dos seus produtos estratégicos, dos seus agrobusiness, na grande arena da guerra comercial, demarcando o surgimento dos novos blocos econômicos que se digladiam nas rodadas de negociação pelos espaços mercantis.

No plano cultural vive-se o predomínio do subjetivismo e o resgate do indivíduo, a tematização do corpo, as teorias do descentramento e da desconstrução, a plena euforia do “eu” e do “outro”, da “margem”, do “traço” e da “traça”; do respeito à diversidade e às chamadas “minorias”; mais e maior desconfiança com relação às verdades absolutas; em verdade, vivemos uma outra época histórica. Demarcada, entre outras coisas, pelo aparato da ciência e da técnica e de novos processos no modo de produção dominante fazendo com que a humanidade já tenha ultrapassado o limiar de uma outra época histórica.

Para alguns, essa nova época seria o “pós-moderno”, marcada pelas dúvidas e rejeições às regras da Europa Ocidental, que impõem às áreas onde colonizou ou influenciou as suas verdades como se fossem as verdades únicas e finais. Durante os séculos da modernidade, a sociedade humana esteve sob a influência da visão eurocêntrica. O direito, a ciência, as artes, a filosofia, a educação, a economia, as relações de trabalho, as religiões, etc, em quase tudo a posição etnocêntrica da Europa Ocidental prevaleceu.

Na América Latina esse domínio foi repartido com a influência dos Estados Unidos que, à sua maneira, reproduz nas Américas e nas áreas sob a sua influência o seu jeito americano de viver, o american way of life. Atualmente, o governo dos EUA insiste em vender o seu mais novo produto, a democracia: “venderam” para o Iraque e para o Afeganistão e se dispõem a obrigar a outros países a aceitarem a pax norte-americana, entre eles Coréia do Norte, Cuba, Síria e Irã. Assim, a guerra, nessa nova época, se transformou no mais lucrativo dos negócios desde que as empresas americanas puderam faltar-se com os dólares do Plano Marshall, injetados na Europa a título de reconstrução dos países afetados pela II Guerra Mundial.

A guerra como lucro imediato, pela abertura de empregos e vendas de armamentos com lucros fantásticos é uma nova realidade. Nos EUA a indústria bélico-militar é o segmento econômico hegemônico e dominante, seguido pela indústria farmacêutica. Essa forma de guerra é a marca de uma nova época histórica, cujo primeiro sinal foram as bombas atômicas sobre Hiroshima e Nagasaki. Agora o que está em jogo é o controle final das últimas reservas estratégicas do planeta: água, petróleo, minérios, etc.

Mas a influência norte-americana faz-se mediante o repassa do receituário da velha Europa, ou seja, a supremacia da cultura do branco europeu sobre as demais culturas. Mas, esse mito está sendo quebrado na nova época histórica que se abre. As realidades são muitas e variadas e não cabem

apenas em um conceito. São muitos os sujeitos da transformação social. Portanto, cada nação tem direito à sua soberania, às suas fontes de riqueza e cada povo deve ter o direito de autodeterminação.

No plano mundial a humanidade vê-se à frente com novos e perigosos desafios, postos inicialmente pela corrida armamentista em que, pela primeira vez, alcançou-se a capacidade de extermínio da vida humana no planeta; fenômenos climáticos e outras intempéries naturais, agravadas pela ação do modo de produzir e de viver nesses nossos tempos modernos, são ameaças imediatas de grandes tragédias que poderão, no limite, inviabilizar a vida na terra.

No plano político econômico vive-se a fase do estado máximo, presente em tudo, especialmente no plano das defesas e ataques estratégicos para a conquista de recursos naturais como água e petróleo, mantidos sob o domínio das grandes empresas capitalistas; um estado que busca reduzir o tamanho da sua estrutura orgânica, com programas de terceirizações, contratos administrativos, organizações sociais, parcerias público-privadas e outras formas de diminuir a participação direta do Estado na administração pública, transferindo-a para outras formas de gestão, enquanto amplia e fortalece a sua ação institucional, em todas as esferas, como regulador da sociabilidade. O Estado organiza e planeja a economia, mantém os serviços necessários à construção da cidadania, mantém o foro privilegiado de ser o detentor do uso da violência, senhor da lei e da ordem, ao qual se submetem o mercado, a sociedade civil, a sociedade política e as demais relações no âmbito da sociedade humana.

Por decorrência dessa nova ordem, em que os Estados Unidos assumem a absoluta hegemonia econômica e bélico-militar, o capital financeiro torna-se a força econômica preponderante e determinante e o mundo capitalista curva-se a esta realidade. Tudo é feito no sentido de valorizar ainda mais o fluxo de capital, a especulação e os ganhos financeiros. Empresas há nas quais o valor das suas ações, postas em circulação nas bolsas de valores do mundo, são em muitas vezes mais valorizadas do que o valor real dos seus patrimônios. Ou seja, cria-se uma ficção financeira e em torno dela tudo gira, como se verdade fosse. Dessa realidade decorre impactos nos déficits públicos, a sangria de recursos que poderiam ser aplicados em serviços públicos ou em outros investimentos produtivos são desviados para manter em funcionamento essa roda insaciável da usura e da renda obtida através dos juros e da especulação.

Num momento em que a economia capitalista mundial como um todo cresce de forma expressiva, puxada pelas locomotivas da China e da Índia,

esse crescimento impõe ritmos de trabalho, formas de Estado, modelos de administração e outras conseqüências que impactam tanto municípios, estados e nações. A regulação estatal obedece, como regra, os pressupostos do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional, que são os agentes de execução das políticas de interesse do grande capital. Assim, o crescimento não beneficia a maioria da população; é exclusivo e concentrado; seus possíveis efeitos não melhoram as condições de vida das camadas pobres em todo o mundo.

Longe está o tempo do “estado do bem-estar social” que, cada vez mais, torna-se uma remota referência para a qual não há esperanças de retorno imediato. A luta agora é para não perder os dedos, as mãos e o corpo inteiro porque os anéis já foram entregues há muito tempo. Portanto, vivemos uma realidade mundial à qual se aplica, com certeza, a afirmação de Marx de que “tudo se desmancha no ar”. O mundo está, literalmente, em combustão. Para onde vamos e como vamos? Essas são as dúvidas. O que fazer? É o que precisamos responder frente a esta realidade.

Cidadania e Neoliberalismo no Brasil

No Brasil, os últimos 30 anos podem ser datados desde a promulgação da Constituição de 1988, quando o país desenhou um novo ordenamento institucional da nação. Importantes direitos foram incorporados ao novo texto constitucional, aliados a conceitos amplos e democráticos das ordenações constitutivas do Estado brasileiro. Entre estes o direito sindical demarcou um novo patamar com as disposições expressas no artigo 8º da Constituição.

Para os servidores públicos significou a conquista da liberdade de organização e do reconhecimento sindical pela conquista do direito de organizar sindicatos, federações e confederação conforme a legislação trabalhista do país, o que antes era impedido. A Carta de 1988 possibilitou a participação das entidades sindicais dos servidores públicos no sistema da unicidade sindical, do custeio compulsório e da pirâmide confederativa. Outros tempos, em que as associações profissionais foram substituídas pelos sindicatos classistas, oficialmente reconhecidos.

E justamente aí ocorre uma grande inflexão da CSPB. A Confederação, talvez como nunca tenha feito antes, organizou-se para participar do processo da Assembléia Nacional Constituinte. Contando com a eleição do seu diretor, Geraldo Campos, como deputado federal constituinte e eleito relator da Comissão de Serviços Públicos da Assembléia Nacional Constituinte, a Confederação produziu centenas de estudos, notas,

proposições, justificativas, emendas alternativas e esteve permanentemente no teatro de operações, ou seja, o Congresso Nacional, para lutar e resgatar a valorização dos servidores públicos. E a luta não foi em vão.

Instrumentos decisivos para os servidores públicos como diretrizes de carreira, regime jurídico único, isonomia salarial, direito à sindicalização, entre outros, foram consagrados como avanços importantes para a categoria profissional dos servidores públicos, no plano das suas carreiras funcionais e no âmbito da representação sindical.

Diga-se que as principais conquistas dos servidores públicos na Constituinte de 1988, senão todas, foram da lavra da CSPB e pela sua atuação junto aos deputados constituintes.

Aprovada a nova Constituição, a CSPB saiu na frente, transformou-se de imediato em entidade sindical de terceiro grau, representativa de todos os servidores públicos, condição que ainda mantém, apesar das diversas tentativas dos seus adversários em recorrer à Justiça para desqualificar a Confederação. Porém, tais investidas serviram, tão somente, para que a justiça brasileira, pelas suas mais altas cortes, decidisse pela representação da CSPB como a única compatível e em acordo com as disposições contidas na CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Mas a fase de comemorações foi curta. Logo no Governo Collor, a caça aos “marajás”, anunciada na campanha eleitoral, transformou-se em desmonte dos serviços públicos e a CSPB, mais uma vez saiu na frente, com a vigorosa campanha “Remendão é retrocesso”. No Governo FHC, nas suas duplas versões, o enfrentamento foi permanente, em especial nas questões da reforma da Previdência e da reforma administrativa. Nesses embates, a CSPB demonstrou um vigoroso potencial de luta, efetivado em ações de mobilização e até paralisações em defesa de serviço público de qualidade e da valorização profissional dos servidores públicos.

Já no primeiro Governo Lula, a Confederação iniciou o mandato do ex-líder sindical com muita denúncia e verdadeiros combates a céu aberto, na Esplanada de Brasília, e em espaço fechado, nos corredores e gabinetes do Congresso Nacional. Em vários embates a Confederação foi capaz de articular apoios e alianças para derrotar o governo em votações no Congresso Nacional. Com essas lutas, mobilizações e negociações, muitos prejuízos foram evitados, mas, ainda assim, contabilizamos graves perdas para a nossa categoria profissional.

Por outro lado, sem abdicar do seu papel mobilizador e de resistência, o que foi demonstrado ao longo de muitas outras lutas, que continuam na

ordem do dia, a Diretoria da CSPB resolveu, também, assumir o desafio da construção de uma fonte de custeio permanente para a Confederação, de acordo com o seu reconhecimento, enquanto entidade de terceiro grau, representante maior da categoria profissional dos servidores públicos. Por isso, foram e continuaram sendo realizados investimentos de vultos para assegurar à CSPB as condições necessárias para ter acesso à sua principal e praticamente única fonte de custeio, que é a contribuição sindical.

Esse recurso, embora legal e absolutamente pertinente às entidades sindicais dos servidores públicos, do sistema confederativo, não se processa com a necessária regularidade pelos gestores públicos. De início houve total resistência quanto ao recolhimento, com muitos casos de depósitos judiciais, enquanto se arrastavam no Judiciário ações com vistas ao reconhecimento desse direito. Só depois de uma dura e pesada batalha judicial, que ainda se faz necessária frente a vários entes federativos, é que a CSPB estruturou um fluxo de finanças que permitiu a execução de alguns projetos estratégicos nas áreas de comunicação, mobilização, formação, aquisição de sede própria e representação institucional interna e externa.

Ainda assim, as batalhas jurídicas pela contribuição sindical são necessidades permanentes. E foram essas ações judiciais que, a rigor, asseguraram para as demais entidades do setor público, sindicatos e federações, uma fonte de financiamento que as sustentam. Podemos dizer, sem medo de errar, que foi o trabalho da CSPB que possibilitou a percepção dessa fonte de custeio pela grande maioria das entidades sindicais dos servidores públicos, especialmente junto aos municípios.

Este foi, sem dúvida, o suporte fundamental para o crescimento fantástico da Confederação, mas que ainda depende, e muito, do apoio de uma estrutura jurídica qualificada para atender as necessidades de fazer valer o seu direito de ter acesso à contribuição sindical, para si mesma e para as demais entidades, sindicatos e federações. Portanto, merece ser ressaltado, mais uma vez, que a regularidade da contribuição sindical para as entidades sindicais dos servidores públicos é uma vitória da ação da CSPB, criando jurisprudências, forçando enunciados das altas cortes e dirimindo uma vasta rede de considerações contrárias à incidência da contribuição sindical sobre os trabalhadores no serviço público.

Outros relatos poderiam ser acrescidos a este documento, especialmente quanto ao intenso trabalho realizado no ano passado (2006) junto à Nova Central Sindical de Trabalhadores; em inúmeros atos públicos, audiências e manifestações realizados no Congresso Nacional; nas diversas e variadas ações judiciais interpostas em quase toda a extensão do território nacional;

na participação em dezenas de programas de formação e de negociação das entidades filiadas; na ação política com vistas à eleição de parlamentares comprometidos com a CSPB; na realização de interlocução com a organização sindical internacional; na aquisição de equipamentos para qualificar ainda mais o setor de Comunicação da Confederação; nos diversos e variados apoios a vários movimentos de servidores públicos no Congresso Nacional e em reivindicações junto ao Governo Federal, entre outros. Mas, os atos circunstanciados, as atividades realizadas, os locais e datas dos eventos integram relatório minucioso colocado à disposição do Conselho de Representantes. Neste documento, fazemos apenas uma leitura processual das distintas realidades que atravessamos para chegar a uma avaliação do momento atual da CSPB e definir um campo de propostas.

A CSPB que temos e a CSPB que queremos

Não há dúvida de que a CSPB de hoje é outra, mais sólida economicamente, mesmo enfrentando debilidades financeiras conjunturais. O lastro político da Confederação é reconhecido nas diversas esferas, seja junto à sua base de representação, junto aos poderes constituídos no plano federal – Executivo, Legislativo e Judiciário –, frente a vários setores da sociedade civil, junto ao movimento sindical brasileiro, em especial no âmbito das centrais sindicais e do Fórum Sindical de Trabalhadores, além de respeito, articulação e influência em vários cenários do movimento sindical internacional.

Portanto, reconhecida nas lutas, identificada com as suas bases, aceita como agente de interlocução institucional, parte integrante e necessária em todos os fóruns que tratam de questões pertinentes aos servidores, referência para várias áreas do movimento sindical internacional, a CSPB busca, agora, a afirmação de uma nova proposta histórica: a construção do poder social.

Mesmo com o enorme avanço estrutural, político, econômico e financeiro vivido pela CSPB, nos últimos 30 anos, ainda falta a consolidação de um suporte fundamental: a conquista de poder social. A Confederação não pode ser uma ilha isolada do mundo globalizado e interconectado que atua através de redes. Enquanto ação isolada, as perspectivas da Confederação são contextuais, específicas e em sua maioria corporativas. Até mesmo para defender reivindicações corporativas a Confederação precisa ter um forte papel institucional e uma ampla inserção social. E isto não se mendiga, conquista-se.

Portanto, para os grandes desafios da ordem do dia, a construção de poder social permanece como validade urgente e inquestionável. Poder social que não pode se limitar a estar ao lado de entidades da sociedade civil, políticos, autoridades em momentos dedicados a eventos conjuntos, mas, um poder social que seja a manifestação prática das posições e bandeiras assumidas pela CSPB. Assim, o primeiro desafio, neste sentido, foi com vistas a encontrar uma estrutura sindical capaz de dar respaldo e fortalecer as lutas da Confederação, condição esta que marcou e determinou as filiações e desfiliações em centrais anteriores.

Porém, o entendimento a que se chegou, após demorados debates, apontou para a possibilidade e necessidade de se fundar uma nova central sindical no país, que fosse, de fato, comprometida com a unicidade sindical, o sistema confederativo, a representação sindical, o custeio compulsório, a efetiva representação sindical dos servidores públicos e a defesa permanente da soberania nacional e das nossas riquezas estratégicas, além de compromissos com a ética, a transparência e o respeito às diferenças. E que, além disso, na qual a Confederação pudesse exercer com plena autonomia as suas prerrogativas sindicais.

Com esta determinação a CSPB teve a audácia de propor às confederações a constituição de uma central identificada com o sistema confederativo. Os argumentos da CSPB foram decisivos e, assim, junto com outras grandes confederações (CNTI, CNTTT, CNTEEC, CNTA e CONTRATUH), foi decisiva para a fundação da Nova Central Sindical de Trabalhadores, na qual a CSPB tem papel fundamental.

Com a NCST a força institucional da CSPB se multiplicou, passando a integrar outros espaços que antes eram vedados, pois, são instâncias de representação das centrais sindicais. Quando se trata de servidores e serviços públicos, quem fala pela NCST é a CSPB e, assim, abriram-se novos setores de atuação, novas formas de representatividade e maiores responsabilidades a partir da ação da central, que é um vigoroso instrumento de poder social já testado e aprovado e com o qual a nossa Confederação torna-se ainda mais forte e mais respeitada.

Dessa forma, a construção do poder social deve ser a meta estratégica da CSPB, em áreas como da economia solidária, organizando cooperativas; na representação parlamentar em todos os níveis – câmaras municipais, assembleias legislativas e Congresso Nacional; ocupação de representação junto a organismos bipartites e tripartites, nos fóruns da sociedade civil e onde for possível e necessário construir espaços de poder social. Desta ação depende o futuro da CSPB, depende a CSPB que queremos.

Assim, nesta perspectiva, propomos ao Conselho de representantes, nesta histórica reunião de Campo Grande, que debata e contribua, mas que indique e delibere sobre os futuros caminhos da nossa Confederação na sua grande utopia de construção do poder social e, por decorrência, a sua construção definitiva como entidade sindical soberana, forte, independente e definitiva. Que debatam profundamente e deliberem pela aprovação da elaboração do Projeto Estratégico de Construção de Poder Social a ser apreciado pelo Congresso Nacional.

Portanto, mais do que relatar quantitativos do que fizemos no ano passado, e que são muitos, buscamos, com esta exposição, apontar para o futuro, reconhecer o muito que se fez, mas entender que ainda há muito por fazer para que sejamos dignos das gerações que vão nos suceder. E assim, convocar e convidar os distintos membros deste Conselho de Representantes para mais uma grandiosa jornada. A construção de poder social para a CSPB do século XXI.

Campo Grande-MS, 14/15 de junho de 2007